

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT 03 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE ÉTICO-POLÍTICA DA
DESIGUALDADE SOCIAL¹**

Luis Claudio Borges

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Gilda Olinto

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT/MCTI

**INFORMATION LITERACY A CATEGORY OF ETHICAL-POLICY ANALYSIS OF SOCIAL
INEQUALITY**

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este trabalho tem por objetivo refletir em breves apontamentos sobre a ideia de Competência em Informação (*Information Literacy*) como categoria de análise introduzida pelas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação e como possibilidade de análise ético-política da exclusão digital. O percurso metodológico adotado na elaboração deste trabalho consistiu de revisão de literatura. A abordagem aqui pretendida parte do entendimento de que a exclusão e as desigualdades digitais são as novas configurações da exclusão e da desigualdade social na sociedade contemporânea, aumentando as distâncias que separam determinados indivíduos dos benefícios e possibilidades ocasionados pelo acesso, uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação, particularmente a internet, ou seja, a exclusão digital seria geradora de problemas sociais com dimensões éticas e políticas na sociedade contemporânea. Argumenta, sem a pretensão de exaustão e/ou de cobrir todo o tema, sobre a dialética da inclusão/exclusão digital relacionando essa discussão a noção de competência em informação, o que inclui uma breve apresentação sobre seus enquadramentos e modelizações teórico-metodológicos presentes na literatura que trata deste campo temático como possibilidade de análise crítica, ética e política da desigualdade social na sociedade contemporânea. Conclui que a competência em informação enquanto conceito e

¹ Este trabalho nasce das discussões realizadas na disciplina “Tópicos em Ética da Informação”, ministrada pelos Profs. Marco Schneider e Arthur Bezerra, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/IBICT-UFRJ. Cabe ressaltar que a problemática abordada neste trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre competência em informação (BORGES, 2014) que vêm sendo realizada desde 2012.

perspectiva de análise precisam ser tratados para além dos enquadramentos e modelizações teórico-metodológicas tecnicistas que engessam suas possibilidades de interpretação do real.

Palavras-chave: Ética da Informação. Competência em informação. Exclusão digital.

Abstract: This paper aims to reflect in brief notes about the idea of Information Literacy as a category of analysis introduced by the areas of Librarianship and Information Science and as a possibility of ethical-political analysis of digital exclusion. The methodological course adopted in the elaboration of this work consisted of literature review. It concludes that the competence in information as a concept and perspective of analysis needs to be treated beyond the technicist theoretical-methodological frameworks and modeling that encapsulate its possibilities of interpretation of the real.

Keywords: Ethics of Information. Information literacy. Digital exclusion.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre aspectos da Competência em Informação (*Information Literacy*) como categoria de análise oriunda da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e como possibilidade de análise ético-política da exclusão digital.

Para efeito desta discussão, parte-se do entendimento de que a exclusão e as desigualdades digitais são as novas configurações da exclusão e da desigualdade social na sociedade contemporânea aumentando as distâncias que separam determinados indivíduos dos benefícios e possibilidades gerados pelo uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), particularmente a internet, com implicações ético-políticas que podem ser pensadas à luz da Ciência da Informação, sob o ponto de vista da noção de competência em informação.

O percurso metodológico empregado na elaboração deste texto consistiu de pesquisa, revisão e sistematização de bibliografias citadas no programa da disciplina Tópicos em Ética da Informação, oferecida no âmbito no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do PPGCI – IBICT/UFRJ.

No primeiro tópico aborda aspectos conceituais da noção de ética a partir de clássico da sociologia e da filosofia (ARISTÓTELES, 1991; WEBER, 2004; LOWY, 2014). No segundo tópico, direciona o olhar para a ideia de ética da informação na perspectiva de Capurro (2003), entre outros.

No terceiro tópico argumenta, sem a pretensão de exaustão ou de cobrir todo o tema, sobre a dialética da inclusão/exclusão social e digital (SORJ, 2003; SAWAIA, 2004)

relacionando a noção de competência em informação, o que inclui uma breve apresentação sobre seus enquadramentos e modelizações teórico-metodológicos presentes na literatura que trata deste campo temático, como possibilidade de análise crítica, portanto, ética e política da desigualdade social na sociedade contemporânea.

Como considerações finais, sugere que a competência em informação enquanto conceito e/ou perspectiva de análise precisa ser tratada para além dos enquadramentos e modelizações teórico-metodológicas tecnicistas que engessam suas possibilidades de interpretação do real.

2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE ÉTICA: ecos da literatura

Neste tópico serão realizados apontamentos em torno de aspectos do conceito de ética extraídos de textos e interpretações de clássico da sociologia e da filosofia.

A partir de seus estudos, Schneider e Bezerra (2017, p.5) evidenciaram dois aspectos conceituais sobre ética, sendo:

- Ética como campo da filosofia que produz estudos críticos, com ou sem propósitos normativos, dos valores morais e de seus fundamentos, ou seja, dos valores e fundamentos que estabelecem quais ações humanas devem ser consideradas certas ou erradas;
- Ética como ciência da moral, que visa o estudo dos fenômenos ligados aos valores e costumes dos povos, considerando suas relações com a natureza humana, a religião, a política, a história, a economia, o direito, as artes, as profissões, as atividades cotidianas, a ciência etc.;

A partir do que foi exposto, a abordagem aqui pretendida tem por escolha iniciar a reflexão desse trabalho pelo tema da ética com o intuito de apontar alguns aspectos conceituais chaves para se pensar a questão da dialética da inclusão/exclusão na sociedade contemporânea, especialmente em países capitalistas. Assim, não se tem aqui a pretensão de esgotar a discussão sobre ética ou a dialética da inclusão/exclusão, mas de discutir alguns pontos considerados relevantes no tratamento desses temas complexos e ambíguos.

Para além de algumas abordagens já conhecidas sobre a dialética da exclusão que em grande parte das análises concentram atenção em aspectos do econômico ou social, focalizando questões de pobreza e preconceito, respectivamente, o intuito aqui será o de buscar uma exposição dos aspectos da ética que ajudem a pensar a questão da

inclusão/exclusão em seu aspecto de justiça/injustiça social. Para tanto, tem-se no pensamento de Aristóteles (1991 apud SCHNEIDER; BEZERRA, 2017, p.7) no clássico texto “Ética a Nicômaco?”, a seguinte afirmação:

[...] A justiça é muitas vezes considerada a maior das virtudes [...]ela é a virtude completa no pleno sentido do termo, por ser o exercício atual da virtude completa. É completa porque aquele que a possui pode exercer sua virtude não só sobre si mesmo, mas também sobre o seu próximo, já que muitos homens são capazes de exercer virtude em seus assuntos privados, porém não em suas relações com os outros (ARISTÓTELES, 1991, apud SCHNEIDER; BEZERRA, 2017, p.7).

Aristóteles sugere assim um ponto de partida para se pensar a questão do justo e do injusto como sendo lugares de enunciação do ético e do virtuoso no contexto das relações entre os homens.

Eis aí, pois, o que é o justo: o proporcional; e o injusto é o que viola a proporção. Desse modo, um dos termos torna-se grande demais e o outro demasiado pequeno, como realmente acontece na prática; porque o homem que age injustamente tem excesso e o que é injustamente tratado tem demasiado pouco do que é bom. No caso do mal verifica-se o inverso (ARISTÓTELES, 1991, apud SCHNEIDER; BEZERRA, 2017, p.9).

Este pensamento de Aristóteles sugere, para efeito da discussão aqui pretendida, um princípio da dialética justo/injusto como sendo relação que dispara processos de exclusão/inclusão, sendo estes últimos ocasionados pelo desproporcional, ou seja, um descompromisso de um que se torna grande demais, em relação ao outro que recebe demasiadamente pouco do que é bom. Essa abordagem é interessante para se pensar as dinâmicas e dimensões ético-políticas da exclusão/inclusão informacional e digital no contexto contemporâneo.

A outra concepção de ética abordada neste tópico encontra-se formulada por Max Weber, em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (2004). A escolha por este texto ocorreu devido ser um dos clássicos das Ciências Humanas e Sociais que trata da questão ética associada aos princípios de desenvolvimento do sistema capitalista cujos elementos estão mais próximos dos temas a serem abordados ao longo deste trabalho.

Esta obra trata-se de uma das mais importantes do alemão Max Weber (2004), cujo escrito trata de demonstrar sua observação e compreensão do fenômeno de desenvolvimento e formas de expressão moral, cultural do sistema capitalista em países de

confissão protestante, assim como a maioria de população declaradamente protestante dentre os proprietários dos meios e modos de produção capitalista, que pode ser considerada classe burguesa de mão-de-obra qualificada, na passagem do século XIX para o século XX.

A análise sociológica de Weber é menos uma descrição econômica e material do surgimento do capitalismo moderno e mais uma análise, sob o ponto de vista da cultura, ou seja, uma abordagem do sistema capitalista a partir da observação do modo de vida protestante, do conjunto de valores, normas, prescrições, atribuições, papéis etc. engendrados na tradição religiosa do protestantismo. Na ética protestante o objetivo do indivíduo é salvar-se e nessa direção o trabalho é caminho para a salvação e, neste movimento, colaborar na salvação do outro pelo intermédio das relações de trabalho (burguês/proletário; empregador/empregado).

Para Weber (2004) a cultura do sistema capitalista encontra um terreno mais fértil para se desenvolver em meio ao protestantismo do que do catolicismo. Uma noção importante desenvolvida por este autor no sentido de buscar uma interpretação das relações entre a ética protestante e o desenvolvimento da cultura do sistema capitalista encontra-se na ideia de “*afinidade eletiva*”.

Para Lowy (2014) a ideia de afinidade eletiva contém o elemento da seleção, da escolha ativa, da atração recíproca. Esse autor (2014, p.71-72) propõe, a partir da noção weberiana, a seguinte definição para o termo:

Afinidade eletiva é o processo pelo qual a) duas formas culturais/religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas ou b) uma forma cultural e o estilo de vida e/ou os interesses de um grupo social entram, a partir de certas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentido, numa relação de atração e influências recíprocas, de escolha ativa, de convergência e de esforço mútuo. Essa definição leva em consideração os diversos níveis ou graus de afinidade eletiva, a começar pela afinidade simples, o parentesco espiritual, a congruência, a adequação interna. É importante frisar que esta última é ainda estática, cria a possibilidade, mas não a necessidade, de uma convergência ativa, de uma atração eletiva. A transformação dessa potência em ato, sua dinamização, depende de condições históricas e sociais concretas (LOWY, 2014, p.71-72).

A partir dessa análise, percebe-se que a ética protestante como princípio moral, cultural, ao desenvolver-se enquanto sistema simbólico afetou e fundamentou o desenvolvimento do sistema capitalista moderno, ainda que este fato não tenha ocorrido de forma programática.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE FILOSOFIA E ÉTICA DA INFORMAÇÃO

Neste tópico, serão realizados apontamentos em torno de aspectos dos conceitos de ética da informação como intuito de pensar a informação como um direito humano básico e necessário, especialmente nos processos de mediação das relações entre necessidade e cultura no uso da informação e do conhecimento.

Sobre filosofia e ética da informação, a literatura mostra Floridi e Capurro como alguns dos autores que mais tem se dedicado ao estudo desta área do conhecimento, situada no contexto da Filosofia da Informação.

Para Floridi (2002, p.123 apud GONZÁLEZ DE GÓMES, 2009, p.5) “a filosofia da informação seria o campo filosófico interessado na investigação crítica da natureza e princípios básicos da informação, incluídas suas dinâmicas, utilização, ciências, e a elaboração e aplicação de teorias informacionais e metodologias computacionais a problemas filosóficos”.

Para Capurro, a questão da epistemologia da ciência e ética da informação está intimamente ligada à hermenêutica, ao desenvolvimento da computação e das tecnologias de informação e comunicação. Segundo a tese defendida por esse autor (CAPURRO, 2003, p.3):

Desde o ponto de vista hermenêutico o conhecimento está ligado à ação, mostrando os pressupostos e as consequências a respeito dos processos cognitivos e práticos relacionados com a busca de informação científica armazenada em computadores, assim como com a concepção de tais sistemas e seu papel na sociedade (CAPURRO, 2003, p.3).

Nesse contexto, percebe-se que Capurro (2003) demonstra uma preocupação com o modo como as TIC afetam o mundo social, a vida das pessoas. Nessa direção, esse autor elabora seu conceito de ética intercultural, partindo do pressuposto que a “ética deveria pensar nas perspectivas e condições de um desenvolvimento cultural sustentável, capaz de assegurar liberdade e justiça para todos, visando à promoção das diversidades culturais assim como de sua interação” (GONZÁLEZ DE GÓMES, 2009, p.10).

É claro que a rede digital provocou uma revolução não apenas mediática, mas também epistêmica com relação à sociedade dos meios de comunicação de massa no século XX. **Mas é claro também que essa estrutura, que permite não só a distribuição hierárquica das mensagens, mas também um modelo interativo que vai além das tecnologias de intercâmbio meramente individual, como o telefone, cria novos problemas sociais, econômicos, técnicos, culturais e políticos, os quais mal começamos a enfrentar teórica e praticamente.** Esse é a meu ver o grande

desafio epistêmico e epistemoprático que a tecnologia moderna apresenta a uma ciência da informação que aspira a tomar consciência, sempre parcial, de seus pressupostos (CAPURRO, 2003, p.14, grifo nosso).

Capurro (2003) chama atenção para o surgimento de novos problemas sociais oriundos do desenvolvimento da rede digital e que precisam ser enfrentados e resolvidos como sendo um dos grandes desafios da ciência da informação. Trataremos sobre esse assunto no próximo tópico.

4 NOTAS SOBRE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Neste tópico será abordado o assunto da dialética inclusão/exclusão (SAWAIA, 2004) na sociedade contemporânea, sob o ponto de vista das dinâmicas e dilemas éticos e políticos da exclusão digital. De forma complementar, apresentam-se argumentos e dados extraídos de pesquisas realizadas sobre o uso da internet e das redes sociais ao longo dos últimos anos.

Segundo dados das pesquisas e acompanhamentos realizados por organismo internacionais (UNESCO) e nacionais (CGI) sobre o assunto da rede - desde que essa se tornou mais conhecida por parte da população, percebe-se que embora o número de pessoas conectadas à internet tenha aumentado rapidamente, o referido crescimento sempre esteve acompanhado e, de certa maneira ameaçado, sob pena de ser detido, por fatores ligados aos altos níveis de desvantagens sociais mais gerais, como: ausência de infraestrutura de comunicações em zonas pobres, carências educacionais básicas da população e enormes desigualdades na distribuição da riqueza, especialmente em regiões mais pobres, em outros termos, onde a presença do Estado e das políticas públicas ainda não pode ser percebida e sentida.

Ainda sobre levantamentos, no Brasil, pesquisas sobre o uso da rede pelos mais jovens, mais especificamente, os dados produzidos pela PNAD 2011 (IBGE, 2013), o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a Internet passou de 20,9% (31,9 milhões) em 2005 para 46,5% (77,7 milhões) em 2011. Outro dado revelado pela pesquisa é o de que o acesso dos estudantes da rede pública de ensino aumentou nos últimos anos. Segundo os dados do IBGE dos 37,5 milhões de estudantes identificados pela PNAD em 2011, 72,6% acessaram a web. Para ter uma noção do aumento, em 2005, eram aproximadamente

35,7% os alunos da rede pública brasileira de ensino que haviam se conectado à rede mundial de computadores. Isso significa que, de 2005 a 2011, o total de estudantes internautas praticamente dobrou, com mais 13,4 milhões de alunos conectados.

Os dados indicam algumas conclusões óbvias, mas importantes para efeito do que se refletirá aqui: 1) que a dinâmica da sociedade contemporânea baseada na informação, com ênfase em sua dimensão digital e, apoiada pelas novas TIC, já há algum tempo é destacado tema de reflexão e análise nas agendas de pesquisas; 2) que uso das tecnologias de informação e comunicação em meio eletrônico seria o grande responsável por inaugurar o novo momento social vigente e, esse fenômeno fez surgir os mais variados discursos sobre o assunto do acesso, uso/desuso da informação e das TIC.

Alguns autores da área das ciências humanas e sociais, mais especificamente, que se dedicaram a estudar o fenômeno informacional, argumentam que desde o seu surgimento o termo sociedade da informação passou a ser fortemente utilizado para caracterizar a nova ordem social, política e econômica baseada na informação e no conhecimento, no acesso e uso das TIC como força motriz dessa nova configuração social. Inicialmente, alguns desses autores estavam bastante inspirados por uma ideia focada no determinismo tecnológico e em uma visão de certa maneira “romântica” acerca das TIC.

Ditos de outra maneira, inicialmente as TIC foram vistas como solução para os mais diversos problemas sociais e econômicos, uma vez que as melhorias na qualidade de vida, aumento da renda e das possibilidades de emprego seriam obtidas com a utilização e apropriação da informação e das TIC.

Estas abordagens são apontadas como otimistas, ao analisar as características da sociedade informacional apenas sob uma ótica, a dos benefícios ocasionados pelo uso das novas tecnologias de informação e da comunicação, particularmente a internet, sem problematizar os dilemas éticos, políticos, econômicos e culturais presentes nesta nova conformação social.

Contudo, outras visões mais realistas sobre a sociedade atual foram aos poucos tomando espaço frente às leituras apenas sob a ótica dos benefícios das tecnologias na sociedade da informação. Entende-se aqui a sociedade da informação como uma sociedade capitalista e, portanto, uma sociedade forjada nas e através das relações sociais de classe, raça e gênero, residindo nesse fato toda sorte de contradições histórico-sociais, éticas, políticas, econômicas e culturais.

Dessa maneira, argumenta-se que o contexto social atual apresenta, ao mesmo tempo, benefícios relacionados ao acesso e uso das novas tecnologias, assim, como pode produzir novas formas de desigualdade social. As TIC têm um papel importante na produção de formas inéditas de inclusão/exclusão social, como a exclusão digital.

Para alguns autores, como Sorj (2003, p.62), a exclusão digital é a mais nova forma de exclusão social. Este autor considera que “a exclusão digital representa uma dimensão da desigualdade social: ela mede a distância relativa do acesso a produtos, serviços e benefícios das novas tecnologias de informação e comunicação entre segmentos da população”.

O acesso à internet tem sido considerado como importante fator de interação social dado o aumento de sua utilização por parte da população, notadamente no uso das redes sociais, no Brasil (Facebook, Twitter, entre outros).

Bezerra (2015, p.3) faz referência sobre um levantamento recente realizado pelo IBOPE (2015), onde dos 20 mil brasileiros ouvidos, 20% destes afirmaram que utilizam a internet como principal fonte de acesso a informação. Esse mesmo autor (BEZERRA, p.3) cita ainda outro levantamento realizado pelo Instituto Reuters – Digital News Report 2015, onde as redes sociais aparecem como sendo a principal fonte de informação para 64% dos brasileiros e desses, “59% afirmaram compartilhar notícias por e-mail ou nas redes sociais”.

Um ponto que chama atenção nessa escala crescente no uso da internet, diz respeito ao uso efetivo, ou seja, a capacidade e oportunidade de fazer uso das TIC de forma a atingir um determinado objetivo, podendo ser este individual ou em grupo; este ponto tem sido um motivo de preocupação e reside aí uma questão ético-política a ser refletida, pois existem muitas dimensões e condicionantes socioculturais do uso da internet.

Tais condicionantes reverberam nas mais distintas esferas da vida social, fazendo-se sentir tanto nas opções de consumo e entretenimento disponíveis quanto na orientação ideológica das informações disponibilizadas em (e filtradas por) mídias sociais, páginas de notícias e dispositivos de busca, interferindo, no limite, nas matrizes culturais e políticas que conforma a visão de mundo dos indivíduos (BEZERRA, 2015, p.5).

Assim, a questão ético-política dos usos das mídias sociais tem forte relação com questão da competência crítica no uso da informação dos indivíduos, portanto, o uso efetivo, poderá ter impacto nas oportunidades dos indivíduos, como a possibilidade de ampliar seus contatos, garantindo assim maior acesso a informações através da comunicação em rede, aumentando e potencializando suas chances e sucessos.

Faz-se necessário que o usuário tenha consciência crítica que o uso da rede acarreta consequências, influencia comportamentos distintos e deixa rastros digitais que podem e, conforme tem aparecido, serão utilizados pelos detentores dessas grandes plataformas de mídias sociais como forma de alimentar as dinâmicas atuais do capitalismo contemporâneo baseado em fórmulas matemáticas, algoritmos envoltos por bolhas de filtros (BEZERRA, 2015, p.6).

Assim, faz-se necessário salientar que a criticidade no uso da informação e nas mídias sociais, requer dos usuários de internet um domínio mais consciente dos processos de “vigilância” e “filtragem”, citando os termos adotados por Bezerra (2015); esse domínio está relacionado à questão das habilidades e competências, e no entendimento aqui proposto, carrega em si uma dialética que seria a competência/incompetência no uso/desuso e apropriação da informação, assunto esse que será tratado de maneira mais específica no próximo tópico deste trabalho.

5 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE ÉTICO-POLÍTICA DA DESIGUALDADE SOCIAL

5.1 O ponto de partida e os primeiros estudos sobre competência em informação

A necessidade de formar cidadãos capazes de decifrar os códigos dessa nova sociedade fez emergir o conceito de “*Information Literacy*” ou Competência em Informação. Competência em Informação é um termo que vem do inglês “*Information Literacy*” e foi utilizado pela primeira vez por Zurkowski, em 1974.

Seis anos depois a *American Library Association (ALA)* reconhece a importância desta área que conceitua como “a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação”. Nos anos seguintes aparecem diversos trabalhos de autores como Kuhlthau, Doyle, Eisenberg, Loertscher & Wools, Sconul, Levy, Bonilla, segundo a pesquisa de Hatschbach (2002).

Cabe ressaltar que a proposição do termo “Competência em Informação” como tradução para “*Information Literacy*” foi realizada no Brasil em uma mesa-redonda no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU em 2004. No início dos anos 2000

aparecem os primeiros trabalhos de brasileiros como Dudziak (2001), Hatschbach (2002), Ferreira (2005), Silva (2005), Campello (2003), Gasque (2010), entre outros. Outros termos como: competência informacional, letramento informacional, alfabetização informacional também apareceram nos mais vários trabalhos como maneira de descrever e trabalhar o conceito de uso das fontes de informação. Para efeito dessa discussão nesse trabalho será adotado o termo competência em informação, conforme utilizado pela primeira vez no evento SNBU (2004).

O conceito de competência em informação desde seu surgimento sempre foi bastante observado e estudado em ambientes múltiplos de educação, informação, tais como: escolas, biblioteca, museus, arquivos, centros de informação e documentação, a partir do comportamento dos usuários, incluindo sua utilização dos produtos e serviços oferecidos nesses ambientes, assim também como através das ações desenvolvidas por estas instituições.

Logo, o campo dos estudos da competência em informação tem uma forte relação com a área de educação, haja vista o interesse que se tem nestas áreas em verificar se um indivíduo competente em informação tem maiores chances de sucesso face à aprendizagem no âmbito escolar, pois essas capacidades estão fortemente ligadas às capacidades exigidas no contexto do processo de ensino-aprendizagem, nos vários níveis de educação.

Sobre a relação educação e competência em informação, autores como Dudziak (2001), Hatschbach (2002), destacam aspectos relacionados com novas habilidades requeridas para a inserção do indivíduo na nova sociedade do conhecimento, como a garantia do aprendizado contínuo ao longo da vida, o “aprender a aprender” atualmente valorizado na educação contemporânea. “O trabalho educativo torna-se protagonista da construção de uma sociedade emancipadora e igualitária. Adquirir capacidade no uso da informação representa um elemento essencial na educação moderna” afirma Hatschbach (2002, p.12).

Tem-se que os estudantes, precisam aprender de forma hábil a raciocinar e a pensar com criatividade. Segundo Hatschbach (2002), estes devem saber buscar, selecionar, coletar, usar e comunicar a informação, para estarem de fato mais preparados para o mundo contemporâneo, que está sempre em constante mudança.

As autoras Hatschbach e Olinto (2011) apontam algumas dimensões, com as quais se podem trabalhar aspectos do conceito de competência em informação entre estudantes, algumas das quais envolveriam a competência no uso das novas TIC. São estas: a) *habilidade*

de pesquisa percebida; b) *navegação na internet*, revelando confiança por parte do estudante na utilização da ferramenta para pesquisas; c) *obtenção da informação*, definido como a habilidade de buscar a informação em níveis básicos e avançados e, também de diferenciar documentos; d) *avaliação da informação*, capacidade de avaliar, comparar e analisar as diversas fontes utilizadas, para posterior uso na tomada de decisão e resolução de eventuais problemas; e) experiência em busca bibliográfica e uso da biblioteca e; f) *compreendendo o plágio*, como sendo a capacidade de violação de direitos autorais em documentos, fontes documentais (HATSCHBACH; OLINTO, 2011, p.1950-1951).

Por sua vez, Dudziak (2001) realizou estudo cujo objetivo foi, a partir de uma abordagem teórico-documental, analisar e discutir as práticas e o conhecimento em *information literacy*, a fim de sistematizar a matéria, com ênfase no papel educativo da biblioteca e dos bibliotecários. Esta autora também mostra o conceito como sendo “a habilidade de acessar, avaliar e usar a informação a partir de diversas fontes” (DUDZIAK, 2001, p.36).

Na visão da Dudziak (2001), para ser competente em informação, o indivíduo precisa saber quando e quais são as suas necessidades de informação e dominar estratégias de uso de fontes de informação, o que sugere que o mesmo tenha uma fluência e/ou leitura mínima dos vários meios e fontes disponíveis.

Assim, uma pessoa competente em informação para Dudziak (2001, p.37):

é aquela capaz de reconhecer a necessidade de informação; logo, este reconhece que a informação certa e correta é a base de qualquer processo de tomada de decisão; formular questões como base em suas necessidades informacionais; identificar possíveis fontes de informação; desenvolver estratégias de busca bem sucedidas; acessa fontes de informação incluindo as eletrônicas e demais tecnologias; avalia a informação para sua aplicação prática; integra novas informações ao contexto existente; usa a informação na resolução de problemas e no pensamento crítico (Dudziak, 2001, p.37).

A partir destas características listadas por Dudziak (2001) observa-se que a competência em informação, para ser efetiva, exige que o indivíduo tenha nível elevado da habilidade de pensar e conhecer variados assuntos, na medida em que, desta forma este poderá interpretar, compreender, avaliar, organizar, sintetizar, aplicar, usar e comunicar a informação como forma de resolver suas necessidades informacionais e/ou da comunidade e grupo social onde está inserido (DUDZIAK, 2001, p.37). Chama a atenção também na

concepção apresentada por essa autora a ideia de competência em informação como habilidade associada ao “pensamento crítico”.

5.2 Dimensão ético-política da competência em informação: pensamento crítico-reflexivo

Em relação ao tópico anterior, outra abordagem será melhor explorada e apresentada em artigos publicados na década de 2010 por autores como Vitorino e Piantola (2009; 2011) e; Bezerra, Schneider e Brisola (2017) onde a competência em informação é tratada a partir de dimensões que estimulariam o pensamento crítico, reflexivo do indivíduo.

Vitorino e Piantola (2011) apresentam uma reflexão sobre competência em informação tendo como base aspectos educacionais e filosóficos, como intuindo de demonstrar as dimensões técnica, estética, ética e política da conceituação e as suas implicações no âmbito dos fundamentos da Ciência da Informação.

O artigo de Vitorino e Piantola (2011) inova ao colocar em destaque a dimensão ética e política da informação, ao destacar que os processos e atividades de produção, disseminação, circulação, acesso, uso e apropriação da informação estão intimamente ligados às relações e envolvimento de indivíduos em comunidade, fato que faz com que esses processos tenham um caráter ético e político.

A informação é elemento constituinte da cultura de um grupo, é, em sua essência, condição de permanência e instrumento de mudança. Por isso, o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático. Assume-se, porém, que a cidadania não se constrói apenas a partir do acesso material à informação, mas deve compreender também a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos [...] desse contexto decorre o conceito de competência informacional, que tem sido empregado mediante diversos enfoques (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p.101).

As autoras (VITORINO; PIANTOLA, 2011), enfatizam que a dimensão técnica da competência em informação está ligada a habilidade de encontrar, selecionar, avaliar e usar a informação, logo seria essa a dimensão mais evidente e trabalhada do conceito. A dimensão estética está à criatividade no uso da informação, expressada na capacidade do indivíduo em compreender, relacionar, ordenar e ressignificar a informação de maneira que está faça sentido em sua vida e na vida dos seus pares. A dimensão ética da competência em informação associada ao uso responsável, livre e consciente da informação com foco na realização do bem

comum. Esta dimensão estaria, na visão do autor deste texto, intimamente associada à dimensão política da competência em informação, onde o indivíduo assume um papel protagonista no exercício da cidadania por meio da informação e dessa maneira, participa nas decisões e nas transformações referentes à vida social.

Abaixo, reprodução do quadro síntese das quatro dimensões da competência em informação elaboradas por Vitorino e Piantola (2011, p.109):

Quadro 1: Resumo das características das dimensões da competência informacional.

Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
Meio de ação no contexto da informação.	Criatividade sensível.	Uso responsável da informação.	Exercício da cidadania.
Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos.	Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação.	Visão a realização do bem comum.	Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social.
Ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias.	Experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.	Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como: propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.	Capacidade de ver além da superfície do discurso. Considera que a informação é produzida a partir (eem) um contexto específico.

Fonte: Vitorino e Piantola (2011, p.109).

A abordagem proposta por Bezerra, Schneider e Brisola (2017) tem a competência em informação como uma perspectiva com disposições para o desenvolvimento de um pensamento crítico, reflexivo e para o gosto informacional.

Os autores (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017) argumentam que o grande volume e alta velocidade com que circulam as informações na atualidade faz com que cada vez mais os indivíduos tenham capacidades críticas de aquisição, avaliação e absorção e utilização das informações.

Bezerra, Schneider e Brisola (2017) defendem a ideia do pensamento reflexivo e gosto informacional e pelo conhecimento, este último – nas palavras dos autores – “como alternativa à ideia mais essencialista de ‘necessidade informacional’” (conceituação tradicionalmente defendida no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação).

Os autores explicam que a proposição de gosto informacional resulta da relação de mediação entre necessidade e cultura:

Cunhamos a expressão *gosto informacional* como alternativa à noção mais essencialista de necessidade de informação, dado que o gosto resulta da mediação entre necessidade e cultura. Em outras palavras, o gosto que temos por algo, que orienta nossa ação na direção de algo, é fruto de um processo de formação, que articula necessidades e experiências em um dado contexto sócio histórico, cujas múltiplas determinações cruzadas, de ordem econômica, ética, afetiva, etc. compõem a forma particular e dinâmica como nossas necessidades se singularizam, para além daquelas estritamente fisiológicas (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p.11).

Nesse sentido, a ideia de gosto informacional é bastante apropriada para o que está sendo discutido aqui, e se alinha à perspectiva do autor, visto que uma competência crítica em informação, está associada ao pensamento reflexivo e ao gosto informacional do indivíduo, portanto, perpassa pelo resultado da mediação de suas necessidades e cultura.

No tocante à ideia da competência crítica em informação como categoria de análise ético-política compreende-se que essa mediação assume uma função social e pedagógica, na medida em que direcionada a formação crítica de indivíduos tendo por base o acesso, uso e apropriação da informação. Mediação aqui compreendida como sendo ação ético-política motivada por uma intenção, mais ou menos consciente, crítica, livre e informada, tendo por base a construção e compartilhamento do conhecimento como bem social, comum.

Compreender a competência em informação como categoria ético-política de análise da realidade social, significa avançar para além dos enquadramentos e modelizações tecnicistas tradicionalmente adotadas como definição desse campo de estudo. Perpassa pela ideia da informação e do conhecimento como direito humano básico e necessário para se diminuir as distancias e desigualdades sociais, situando o profissional da informação como mediador dos processos socioculturais mediação da informação, sob o ponto de vista do acesso, uso e apropriação da informação em seu formato impresso e/ou digital, com vistas a contribuir com o desenvolvimento da competência crítica em informação e estímulo de

hábitos culturais como gosto informacional, o gosto pela leitura como possibilidade de interpretação e equilíbrio da realidade social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem até aqui desenvolvida objetivou refletir sobre aspectos conceituais da ética, ética da informação e competência em Informação (*Information Literacy*) como categoria de análise decorrente da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e como possibilidade de análise ético-política da exclusão digital.

O entendimento foi de que a exclusão e as desigualdades digitais são as novas configurações da exclusão e da desigualdade social na sociedade contemporânea aumentando as distâncias que separam determinados indivíduos dos benefícios e possibilidades gerados pelo uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação, particularmente a internet, com implicações ético-políticas que devem ser pensadas à luz da Ciência da Informação, sob o ponto de vista da noção de competência crítica em informação.

Por fim, conclui-se que a competência em informação enquanto conceito e/ou perspectiva de análise precisa ser tratada para além dos enquadramentos e modelizações teórico-metodológicas tecnicistas que engessam suas possibilidades de interpretação do real.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova cultural, 1991.

BEZERRA, Arthur. C. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB; ANCIB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/Iti/ocs/index.php/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.27, n.1, p.7-16, jan./abr. 2017.

BORGES, Luís Claudio. **Boas práticas em bibliotecas públicas**: análise de três experiências no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. 154f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p. 28-37, set./dez. 2003.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.39, n.3, p.83-92, set./dez., 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Desafios contemporâneos da ciência da informação: as questões éticas da informação. In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. **Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Dimensões da competência em informação: resultados de um teste online para estudantes de turismo na era digital. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12, 2011, Brasília, **Anais...** Brasília: UnB, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD 2011: Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000012962305122013234016242127.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017

LOWY, Michael. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004. 156p.

SCHNEIDER, Marco; BEZERRA, Arthur. **Aula 2: Introdução ao pensamento Ético e à Ética da Informação** [slides]. Rio de Janeiro: PPGCI-IBICT/UFRJ, 2017.

SCHNEIDER, Marco; BEZERRA, Arthur. **Aula3: Aristóteles: Ética a Nicômaco: do livro I ao VI** [slides]. Rio de Janeiro: PPGCI-IBICT/UFRJ, 2017.

SORJ, Bernardo. **Brasil @ ponto.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Zahar/UNESCO, 2003.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional: bases Históricas e conceituais, construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.3, p.130-141, set./dez. 2009.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v.40, n.1, p.99-110, jan./abr. 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.